

Ass Const
Política

Arinos afirma que Comissão da Constituinte reflete sociedade

Franklin Martins

A Comissão de Estudos Constitucionais, ao aprovar posições consideradas liberais e progressistas sobre assuntos como a definição da função social da propriedade da terra, a ampliação dos direitos sociais, a nacionalização do subsolo e caracterização mais rigorosa da empresa nacional, está, segundo seu presidente, jurista Afonso Arinos, "apenas se curvando ao crescimento da participação política na sociedade".

Arinos vê um ingrediente novo na atividade política no Brasil: o surgimento de uma infinidade de organizações de base que, embora desarticuladas, movimentam a sociedade e levantam propostas para o debate. Ao mesmo tempo, ele assinala o naufrágio das atuais representações partidárias. "Os partidos não conseguiram definir suas identidades", afirma, porque estão perdidos na disputa de cargos. "Não estão pensando em criar, imaginar, conceber nada de novo".

Descompasso

Segundo o presidente da Comissão de Estudos Constitucionais, um dos traços marcantes da transição política brasileira é o descompasso entre a intensificação da participação popular e o fracasso dos partidos. Esse fato, para ele, é preocupante, já que "os partidos são instrumentos inseparáveis da formação do poder".

Arinos que, como político, acumulou grande experiência em campanhas eleitorais — tanto nos sertões de Minas, na região do Paracatu, por onde se elegeu três vezes deputado federal pela UDN como no Rio de Janeiro, que o enviou ao Senado, depois de vê-lo e escutá-lo, ao lado de Carlos Lacerda, no Caminhão do

Povo em 1958 — teme que apenas uma minoria de constituintes seja eleita com base na discussão dos importantes temas constitucionais. Ele acha que, no pleito, vão prevalecer a tradição eleitoral do interior, o peso dos caciques, a força das nomeações. "E esse é um grande problema", completa, não escondendo sua preocupação.

Arinos está satisfeito com o trabalho feito durante oito meses pela comissão que preside, embora lamente não ter tempo para terminar o seu mais recente livro, *Rosa de Ouro*, um ensaio sobre a formação da cultura mineira no século XVIII.

Ele se confessa ansioso por conhecer os resultados finais do trabalho da comissão. "Não sei se poderemos oferecer um anteprojeto de Constituição que seja digno dos nossos inimigos", ironiza. Os adversários da comissão, aliás, paulatinamente, estão mudando. No início de suas atividades, ela foi muito bombardeada por alguns setores da esquerda e pelo Ministério da Justiça, que a consideravam elitista, biônica e destinada a condicionar a futura Constituinte. Agora, são os setores conservadores que a acusam de estar no caminho errado.

— A esperança conservadora de que o autoprojeto constitucional fosse um processo de contenção às mudanças reclamadas pelo país estava baseada numa realidade falsa — comenta, insistindo que não percebeu, dentro da comissão, a formação de correntes político-ideológicas declaradas. "Estamos sendo influenciados pelo movimento da sociedade."

Ele tampouco aceita a crítica de elitismo feita à comissão por áreas da esquerda e pelo ex-ministro Fernando Lyra no ano passado. "Qual o país do mundo

em que o povo escreveu diretamente a Constituição?", pergunta, respondendo em seguida: "Até na União Soviética, os primeiros documentos foram escritos por alguns intelectuais, como Lênin, Trotski e Lunatcharski". O Ministério da Justiça queria que a comissão se limitasse a estudar temas e não apresentasse um anteprojeto. "Eu fui sempre favorável à elaboração do anteprojeto, porque nunca houve na história missão constitucional que se reduzisse a fazer estudos", diz.

Segundo Arinos, a comissão trabalhou no sentido de alargar a concepção dos direitos humanos, que não ficaram limitados apenas aos direitos individuais e às diferentes formas de liberdade do cidadão. No próprio preâmbulo do anteprojeto de Constituição constará a declaração de que os direitos da população à saúde, à educação, à habitação, entre outros, são deveres do Estado.

Ele cita outros progressos: a proclamação da função social da terra, a definição precisa das características da empresa nacional, a nacionalização do subsolo, o estabelecimento de limites para o pagamento de juros da dívida externa. Sobre a relação entre os poderes, Arinos, que em 1949 deu parecer contrário à emenda parlamentarista apresentado por Raul Pilla — é claro: "Na comissão, vai passar a supressão do regime presidencialista. Agora, como isso ficará na Constituinte eu não sei".

Arinos explica que o processo de elaboração dentro da comissão não tem sido simples. São muitas as sugestões recebidas e, devido ao caráter desarticulado da participação da sociedade, há muitas idas e vindas, discussões e votações antes da tomada de decisões. "A construção é barroca, carregada de pormenores; não é clássica", disse.